

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Notas](#) 4

Valor Econômico

[Título: Dois candidatos disputam vaga na diretoria da Aneel](#) 20

[Título: Agência de mineração incha na Câmara](#) 21

[Título: Governo tenta desconstratar termelétricas](#) 27

[Título: Petrobras inicia produção de óleo e gás no campo gigante de Libra](#) 28

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: Libra deve produzir meio milhão de barris de petróleo por dia 3

Título: Notas 4

Título: Cobrança extra na conta de luz será reduzida em dezembro 4

Título: Parente: gasolina cara é culpa dos impostos 5

Título: Preparação difícil 6

Título: Procuradoria investiga Tanure por informação privilegiada 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo **8**

Título: Cemig paga 140% do CDI para rolar dívida de R\$ 4 bi	8
Título: Parente descarta deixar governo por causa do PSDB.....	9
Título: Governo tenta salvar PDV de servidores	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Erros e mais erros	10
Título: Governo corre para aprovar MPs que caducam até dezembro	12
Título: Operação da Vale turbina fusões no país	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Cemig na lida.....	14
Título: Brasilienses pagam mais	15
Título: Petrobras "sem culpa"	17
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Bandeira tarifária menor aumenta chance de inflação abaixo de 3%.....	17
Título: BNDES facilita regra para financiamento de energia.....	19
Título: Dois candidatos disputam vaga na diretoria da Aneel	20
Título: Agência de mineração incha na Câmara.....	21
Título: Baixo carbono será chave na relação Brasil-UE	23
Título: MP que cria agência de mineração está na pauta	25
Título: Acordo de Vale e BHP na Samarco passa por volta à produção	25
Título: Destaques	27
Título: Governo tenta descontratar termelétricas.....	27
Título: Petrobras inicia produção de óleo e gás no campo gigante de Libra	28
Título: Prysmian vai atender subterrâneo paulistano.....	29
Título: Vendas de etanol em alta	30
Título: FE antecipa era do carro elétrico	31

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Libra deve produzir meio milhão de barris de petróleo por dia**

Até 2023, plataformas terão 25% da atual produção de óleo do país.

O consórcio liderado pela Petrobras e que opera a área gigante de Libra, no pré-sal na Bacia de Santos, planeja instalar no campo, até 2023, três plataformas, com capacidade para produzir 540 mil barris de petróleo por dia, ou o equivalente a 25% da produção atual total do país, que é de 2,1 milhões de barris diários. A produção do primeiro óleo de Libra teve início anteontem, apenas quatro anos após o campo ter sido arrematado no primeiro leilão do pré-sal no regime de partilha. O gerente-executivo da Petrobras para Libra, Fernando Borges, explicou que o navio-plataforma (FPSO) Libra 1 deverá ser contratado já este ano para entrar em operação a partir de 2021. As outras duas plataformas virão nos anos subsequentes.

PRIMEIRO CAMPO SERÁ CHAMADO MERO

Até o dia 1º de dezembro, o consórcio enviará à Agência Nacional do Petróleo (ANP) o pedido de declaração de comercialidade do primeiro campo da área de Libra, que terá o nome do peixe Mero. A área gigante de Libra é considerada uma das maiores descobertas recentes de petróleo no mundo, com reservas que podem variar de 8 bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo. Além da Petrobras, estão no consórcio Shell, Total e as chinesas CNOOC E CNPC. Pelo regime de partilha, na exploração do campo de Libra, a União ficará com uma parcela do óleo que for produzido. Neste caso, vai receber 41,65% do excedente em óleo extraído, após deduzidos todos os custos e os investimentos que forem realizados no desenvolvimento do campo. O campo fica a cerca de 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro e começou a produzir com o início dos Testes de Longa Duração (TLD), utilizando o FPSO Pioneiro de Libra.

Os testes constituem a etapa que antecede a de produção em definitivo, servindo para avaliar uma série de fatores, como o comportamento do reservatório e a produtividade, entre outros. O navio-plataforma tem capacidade para produzir 50 mil barris diários de petróleo. Borges destacou os desafios tecnológicos de Libra, como a grande presença de gás carbônico (CO²), que equivale a quase a metade do gás existente no reservatório: — Cerca de 45% do gás existente no reservatório é de CO², que precisa ser todo reinjetado. Mas o lado positivo é que o gás aumenta a recuperação de óleo. Os poços em Libra são de altíssima produtividade. Por isso, esperamos que, nos testes, esse poço chegue a 40 mil barris por dia de produção. O FPSO Pioneiro de Libra foi

afretado pela Petrobras do consórcio formado por Odebrecht Óleo e Gás (OOG) e Teekay Offshore Partners, que vai operar a embarcação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Fernando da Luz

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, foi um sucesso ao falar na Casa das Garças, no Rio, com direito a elogios. Mas houve quem contestasse as regras para privatização da Eletrobras, que acabariam arrastando o processo até o próximo governo

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Cobrança extra na conta de luz será reduzida em dezembro

Bandeira vermelha passará do patamar 2 para o 1, com melhora dos reservatórios.

As contas de luz terão um alívio em dezembro. A bandeira a ser aplicada às tarifas no mês que vem será a vermelha no patamar 1, informou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Isso significa que haverá uma cobrança extra de R\$ 3 a cada 100 quilowattshora (kWh) consumidos. Desde outubro, estava em vigor a bandeira vermelha no patamar 2, a mais cara desse sistema, com custo extra de R\$ 5 a cada 100 kWh consumidos. A Aneel explicou que essa mudança foi possível graças a uma melhora no nível dos reservatórios. “Houve uma pequena evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior, o que possibilitou o acionamento da bandeira vermelha no patamar 1. Ainda que não haja risco de desabastecimento de energia elétrica, é preciso reforçar as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício”, informou a agência, em nota.

NO NORDESTE, SITUAÇÃO CRÍTICA

As chuvas aumentaram nas últimas semanas, mas os reservatórios das principais hidrelétricas do país continuam a receber menos água do que o esperado, segundo o governo. A situação mais crítica é a do Nordeste, onde as barragens operam com 5,29% da capacidade. Região que concentra a maior

parte das hidrelétricas do país, Sudeste e Centro-Oeste estão com 18,49% de volume de água nos reservatórios. No Norte, o índice está em 17,17%. A situação mais tranquila é no Sul, com 61,18%. O sistema de bandeiras sinaliza o custo real da energia gerada. Com menos água nas barragens das hidrelétricas, é preciso acionar mais termelétricas para garantir o abastecimento de energia. Além de mais poluentes, o custo de acionamento dessas usinas é maior. A bandeira serve para cobrir parte desses gastos. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde). Quando chove menos, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, segundo o custo de operação das usinas acionadas. É o que está ocorrendo neste ano. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Letícia Fernandes, Manoel Ventura e João Sorima Neto

Título: Parente: gasolina cara é culpa dos impostos

Presidente da Petrobras diz que reajustes da estatal foram de 2% a 2,5%.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem que a culpa pela gasolina mais cara — cujo litro já passa de R\$ 4,50 em alguns estados — é do aumento de impostos, não da estatal. Parente afirmou que, da parte da empresa, a variação de preços foi “muito pequena”, entre 2% e 2,5% em um ano. O que levou a um aumento de cerca de 20% no preço da gasolina, disse o presidente, foi o aumento de impostos. Em julho, o governo anunciou reajustes em alíquotas de PIS/Cofins para gasolina, etanol e diesel. — Não estou aqui para criticar o governo. Na realidade, sabe-se que isso (o aumento) foi uma necessidade em função da crise fiscal que o país vive. Mas, em termos concretos, o grande impacto do aumento dos combustíveis é decorrência do aumento dos impostos — disse Parente, após se reunir com o presidente Michel Temer no Palácio do Planalto. O executivo acrescentou ainda que o preço dos combustíveis só vai baixar quando o governo diminuir os impostos.

Parente também defendeu a aprovação da medida provisória que prorroga o Repetro, regime especial de tributação para a indústria do petróleo. Em reunião com Temer e ministros da área econômica, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou que pautará o assunto amanhã, disse Parente. A medida perde validade no próximo dia 15 e, se não for aprovada até lá, põe em risco investimentos no setor. Mais cedo, em São Paulo, o presidente da Petrobras confirmou que ter parceiros na área de refino de petróleo é parte do plano estratégico da companhia, mas disse que o modelo dessas parcerias ainda não está definido. Reportagem publicada pelo GLOBO no domingo revelou que a Petrobras deve vender participação minoritária em refinarias. — As refinarias

não são organizações legais separadas da Petrobras. São ativos da empresa. Portanto, precisamos ter um processo de reorganização desses ativos em entidades legais. De que forma vamos fazer isso, com refinarias individuais ou em grupo, não está definido — disse Parente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Preparação difícil

A Eletrobras é uma das donas de Itaipu, não é apenas concessionária. Foi essa a realidade com que o governo se deparou na hora de desenhar o modelo de privatização da estatal. É por isso que a ideia é criar uma empresa “espelho” da Eletrobras que ficará com os dois ativos: a Eletronuclear, que pela Constituição não pode estar em mãos privadas, e a parte brasileira de Itaipu.

O jornal O GLOBO adiantou ontem, em reportagem de Manoel Ventura e Martha Beck, que o governo terá que criar uma empresa para privatizar outra, como está na minuta do projeto. Parece contraditório. E é. Mas a explicação dada na estatal é esta: a companhia não é uma mera concessionária. — A Eletrobras é dona da usina. Itaipu tem uma particularidade. O regime que a gente tem hoje no Brasil é o de concessão, em que a empresa consegue o direito de explorar algum ativo por um determinado tempo. No caso específico de Itaipu, o regime não é de concessão. As empresas representam os países no tratado. E esse tratado estabelece um conjunto de condições que tem que ser levado em conta nos próximos anos — explica uma fonte da empresa. Tudo está já decidido no tratado Brasil-Paraguai. A energia é dividida em duas partes iguais, mas o Paraguai tem que vender para o Brasil a eletricidade que não consome.

A maneira de calcular o preço da tarifa, inclusive o repasse do custo cambial, também está no tratado. Mas tudo pode mudar a partir de 2023 quando o financiamento da obra estará pago. Não se sabe ainda quais serão as regras para a formação de preço a partir daquela data. Terá que ser uma decisão dos dois sócios. No tratado está escrito que Eletrobras no Brasil e a Ande no Paraguai representam os dois países. Imagine se esse ativo passa a ser de uma empresa privada? É por isso que não bastava tirar Itaipu da Eletrobras, era necessário criar esta estrutura estatal que passaria a ficar com o ativo. Duplica-se a estrutura de capital, ou seja, os acionistas da Eletrobras terão a mesma quantidade de ações da nova empresa, que ficará com Itaipu.

Essa companhia não terá seu capital pulverizado e o minoritário seguirá uma regra de conversão. Essa é uma das complexidades — existem várias — que

estão sendo estudadas para estabelecer a modelagem definitiva da venda da empresa. O que o governo está querendo é fazer da Eletrobras uma corporação como a Embraer, a Renner, a EDP. Só que a EDP foi integralmente privatizada. Por isso o projeto a limitar a 10% a parte das ações que pode ficar com um mesmo grupo, para que o capital seja de fato pulverizado e não apenas troque de dono, como nas privatizações que já ocorreram. O que se quer é atrair fundos de pensão, fundos de mercado emergente, fundos de infraestrutura. Um investidor que não pede retornos agressivos do investimento e que olha para o longo prazo. O problema será atravessar todo o campo minado de lobbies em torno da empresa, representados no Congresso. Como a proposta da privatização será por Projeto de Lei, já se sabe que haverá várias modificações. O que sairá disso é difícil dizer, mas hoje os grupos regionais, mesmo da base do governo, querem que a empresa de cada região seja tratada diferentemente. Tem o lobby da Chesf, da Eletronorte, da Eletrosul, de Furnas.

Tudo isso sendo discutido no Congresso em um ano eleitoral. O risco é virar um modelo de vendas desencontrado. Além das dificuldades que ocorrem em qualquer privatização, há também o fato de a Eletrobras ser a maior empresa de um setor que acumula hoje um volume impressionante de déficits em cada parte do sistema. A defesa da privatização é feita, dentro do governo, com o argumento de que, para investir, a empresa teria que pedir aportes do Tesouro. O governo tem hoje 60% da Eletrobras; para levantar mais R\$ 12 bilhões, algo como R\$ 8 bi viriam dos cofres da União. A estatal depende do estado para crescer e o momento é de escassez de recursos. Por isso o caminho foi fazer o ajuste — cortando os custos e superando ineficiências — e preparar a empresa para a venda através de uma chamada de capital que o Tesouro não vai acompanhar. A pressão no Congresso, depois que chegar o Projeto de Lei, será para excluir algumas das subsidiárias regionais, separando-as da Eletrobras. Neste caso, haverá impasse e o processo de privatização tenderia a parar. Por isso no Congresso haverá quem jogue no impasse.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Procuradoria investiga Tanure por informação privilegiada

Caso se refere à emissão de debêntures em 2014 na PetroRio.

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro está investigando o empresário Nelson Tanure e o seu filho, Nelson Queiroz Tanure, por suposto uso de informação privilegiada em operações financeiras feitas na petroleira PetroRio em 2014. Tanure é um dos maiores acionistas da PetroRio e hoje é também um dos principais nomes por trás da recuperação judicial da Oi. A investigação

começou a pedido da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que acusou, no fim de 2016, o empresário, seu filho e a JG Petrochem, empresa usada por eles na PetroRio, de uso de informação privilegiada na petroleira. O caso foi revelado pelo jornal “Valor Econômico”, na edição de ontem. Segundo a CVM, destacou o “Valor”, o que foi confirmado por uma fonte do setor, o uso indevido de informação privilegiada teria ocorrido quando o fundo de Tanure vendeu ações da petroleira antes de o Conselho da PetroRio ter emitido debêntures conversíveis em novas ações. Com o recurso da venda das ações, Tanure teria investido nessas debêntures e aumentado sua participação na companhia. Em nota, o empresário disse que sempre respeitou todas as normas estabelecidas pela CVM. A PetroRio destacou ainda que “todos os acionistas da companhia tiveram seu direito de preferência respeitado, sendo permitida a participação de todos eles no aumento”. Muitos aderiram, além do JG Petrochem. O objetivo da operação “era reforçar o caixa da empresa e possibilitar que a empresa fizesse novos investimentos”. O MPF do Rio disse que o caso está “sob análise”.

PRESIDENTE DA OI É AMEAÇADO

Já na Oi, mais polêmicas. Segundo fontes, Marco Schroeder, que renunciou ao cargo de presidente da tele na última sexta-feira, foi alvo de ameaças de morte. A notícia foi revelada pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim, na edição de domingo. Segundo uma fonte, o executivo vinha recebendo ligações há dois meses. Duas dessas chamadas foram gravadas. Em uma das ligações, Schroeder foi ameaçado com um tiro na perna. Preocupado, ele chegou a registrar em ata da Oi preocupação com sua integridade física. Em carta ao Conselho de Administração, o executivo foi enfático. “Refuto as ameaças que têm sido feitas ao longo desta semana e digo que estamos muito tranquilos com a nossa atuação como diretores, que tem sido acompanhada de perto por todos os atores desse processo”, afirmou ele em um trecho. — Esse é um jogo pesado. Foi feito um processo de intimidação. Quem ligava queria mostrar que sabia onde estava o executivo — comentou uma fonte. Procurados, a Oi e Schroeder não quiseram comentar. O executivo só deixa a tele em duas semanas. Nesse período, fará a transição para Eurico Teles.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Cemig paga 140% do CDI para rolar dívida de R\$ 4 bi

A Cemig conseguiu concluir sua esperada renegociação de até R\$ 4 bilhões em dívidas, a um custo da ordem de 140% do CDI (taxa de depósito interbancário, normalmente semelhante à taxa Selic, de referência da economia). A taxa é superior aos 132,9% do CDI da dívida mais cara mantida na carteira até então. A

queda da Selic, por enquanto, beneficia a empresa, fazendo com que o juro efetivamente pago, em torno de 10,5%, seja equivalente ao custo médio da dívida informado em setembro pela companhia, de 10,39%. A renegociação envolveu um novo pacote de garantias e substituiu dívidas da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição com Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Caixa, que venciam entre 2017 e 2018, com custo a partir de 108% do CDI.

» **Mais prazo.** Agora a amortização do total ocorre em 36 parcelas mensais a partir de 2019. A companhia não havia divulgado o custo da nova dívida. Informou apenas que era “em linha com as taxas praticadas pelo mercado para empresas do porte da Cemig”. Procurados, Cemig, Bradesco, BB, Caixa e Itaú Unibanco não comentaram

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Carla Araújo e Idiana Tomazelli

Título: Parente descarta deixar governo por causa do PSDB

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, afirmou ontem, após reunião com o presidente Michel Temer, que não vê a necessidade de considerar sua permanência ou saída do comando da estatal caso o PSDB decida deixar o governo. "Uma característica da minha carreira é que nunca me vinculei a nenhum partido. Tenho uma visão da maneira de governar o País muito próxima da social-democracia, mas nunca tive vinculação partidária", disse Parente, que negou que seu nome tenha sido indicado pelo partido.

O presidente da Petrobrás disse também que Temer está muito bem disposto, após o presidente ter sido submetido a uma angioplastia em três artérias coronárias com implante de stent – uma prótese para desobstruir vasos sanguíneos. "Ele está bem, normal, trabalhando, como eu o vi na semana passada", afirmou Parente. Temer recebeu alta ontem pela manhã em São Paulo e à tarde chegou a Brasília. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Igor Gadelha, Lorena Rodrigues, Renan Truffi e Idiana Tomazelli

Título: Governo tenta salvar PDV de servidores

Medida provisória que cria plano de demissão para o funcionalismo caduca hoje sem ser votada; estratégia, agora, é enviar projeto de lei.

Sem conseguir mobilizar a base para aprovar as propostas a tempo, o governo deve enviar projetos de lei (PLs) para substituir algumas das cinco medidas provisórias (MPs) que caducam hoje. Um deles vai substituir a MP que criou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para servidores do Executivo federal. A bancada ruralista também negocia um PL para substituir a MP do Funrural, que também caduca nesta terça-feira. A caducidade da MP do PDV interrompe um processo que já está em curso. Desde a edição da medida, o programa de desligamento estava aberto, mas o governo não informou quantos servidores aderiram ao programa. O Executivo esperava economizar R\$ 1 bilhão em 2018 com esses desligamentos, valor que deverá cair muito, uma vez que não há previsão para que o projeto seja aprovado e o prazo de adesão ao programa, reaberto. (...)

A estimativa do governo era de que cerca de 5 mil funcionários aderissem ao programa de demissão voluntária.

A articulação é para que o programa tenha os mesmos descontos em juros (90%) e multas (70%) previsto no último Refis, mas preveja entrada com valor menor para empresas e contribuintes que devem mais de R\$ 15 milhões. No último Refis, contribuintes com dívidas acima desse montante tinham de pagar entrada de 20% sobre o valor do débito. Para aqueles com dívida inferior a esse valor, a entrada era de 5%. “Minha tese é que possam aderir pagando só 5%. Queremos condições iguais”, disse o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR), um dos articuladores da proposta. Entre as demais MPs que caducam hoje, uma cria a Agência Nacional de Mineração, extinguindo o Departamento Nacional de Produção Mineral, e outra altera o Código de Mineração. A MP 788 trata da restituição de valores creditados em instituição financeira por ente público em favor de pessoa falecida. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Benjamin Steinbruch

Título: Erros e mais erros

EVENTUAIS ERROS cometidos no passado recente, por excessos em uma direção, não justificam novos erros na direção oposta. Três meses atrás, por decreto presidencial, o governo cancelou a ampliação de um benefício que poderia dar impulso à exportação industrial e à economia em geral no próximo ano.

Pelo programa Reintegra, o governo devolve anualmente aos exportadores 2% do valor exportado em produtos manufaturados via créditos do PIS e da Cofins. Isso nada mais é do que devolução de impostos pagos sobre produtos

exportados, o que é normal — "não se exportam impostos" é um refrão cantado em qualquer parte do mundo. A devolução do Reintegra deveria subir dos 2% atuais para 3% em 2018, mas a elevação foi cancelada e com isso o governo espera economizar R\$ 2,3 bilhões. É uma economia burra, porque se faz à custa de desestímulo à exportação e à geração de divisas e empregos no país.

Na semana passada, o Congresso aprovou medida provisória que aumenta a alíquota da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) incidente sobre os minérios exportados. Esse tributo é uma espécie de royalty pago pela mineração. A medida atinge principalmente as mineradoras de ferro, que pagam hoje 2% da receita líquida e passarão a pagar até 3,5% da receita bruta, descontados impostos.

O objetivo é obter cerca de R\$ 1 bilhão extra por ano para os cofres dos governos municipais, estaduais e federal. Outra medida burra, porque o produto brasileiro perde competitividade internacional e também porque o aumento de custos será obviamente repassado a toda a cadeia produtiva industrial. Medidas como essas indicam que o Brasil, para tristeza geral, parou de se preocupar com o fortalecimento de suas exportações e de toda a sua indústria. Os exemplos históricos, dos tigres asiáticos e de outros países, deixam claro que a indústria leva ao desenvolvimento econômico.

Por aqui, com o alibi do ajuste fiscal e dos erros cometidos no passado recente, vale tudo. Há um desmonte generalizado de medidas que incentivavam a indústria e as exportações. O BNDES, ator importante no financiamento de longo prazo, encolheu assustadoramente e deixou uma lacuna que não está sendo suprida pelos bancos privados. Os desembolsos de recursos do BNDES, agora mais caros, foram de R\$ 55,2 bilhões entre janeiro e outubro deste ano, valor 20% inferior ao do mesmo período do ano passado. Outubro teve o pior valor de desembolsos para o mês desde 2003.

O abandono a que está relegada a indústria exportadora é tão grande quanto o que atinge as empresas voltadas para o mercado interno. A China, por exemplo, que tem um enorme excedente na produção de aço, está exportando o produto para o Brasil com preços inferiores ao custo, o que configura operação de dumping. A avaliação do pedido de imposição de tarifa antidumping, que deveria ter ocorrido no início deste mês, foi adiada para janeiro.

Assim, como escreveu o mestre Delfim Netto (folha.com/nol931961), aceita-se a destruição de um setor fundamental à autonomia brasileira, "quer por preconceito científico, quer por temor à costumeira retaliação imperial chinesa". E também por ingênuas convicções neoliberais, acrescento.

BENJAMIN STEINBRUCH, 64, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional e presidente do conselho de administração da empresa. Escreve às terças-feiras, a cada 14 dias, nesta coluna.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MAELI PRADO, DANIEL CARVALHO e GUSTAVO URIBE - DE BRASÍLIA

Título: Governo corre para aprovar MPs que caducam até dezembro

Planalto cogita substituir por projeto de lei parte das medidas, fundamentais para a programação orçamentária; só hoje vencem três delas

O governo corre contra o relógio para aprovar no Congresso, até dezembro, cinco medidas provisórias que caducam nas próximas semanas e que são fundamentais para a programação orçamentária de 2017 e 2018. Em meio às negociações pelas mudanças na Previdência, prioridade atualmente, a equipe econômica já se programa para substituir parte dessas MPs por projetos de lei se não houver tempo hábil para a aprovação.

Somente nesta terça-feira (28), caducam três medidas provisórias com impacto fiscal relevante para a União. Uma delas, que cria PDV (Programa de Demissão Voluntária), jornada reduzida e licença sem remuneração para servidores federais, possibilitaria uma economia anual de cerca de R\$ 1 bilhão. Outra, a chamada “MP dos Mortos”, determina ressarcimento à União de pagamentos indevidos feitos a falecidos. Isso se traduziria em receita de R\$ 600 milhões, mas até agora só entraram R\$ 40 milhões com a medida.

Por fim, esta terça é a data-limite para a votação do programa de parcelamento de débitos de produtores com o Funrural. Se o texto for aprovado da forma como saiu da comissão especial, a renúncia fiscal será de R\$ 15 bilhões, R\$ 7,4 bilhões acima do que previa o texto original. Nos dois primeiros casos, de acordo com o que a Folha apurou, já estão sendo preparados projetos de lei para substituir os textos originais caso seja necessário.

Para o Funrural, a relatora da MP, deputada Tereza Cristina (sem partido-MS), não exclui a possibilidade de ser editada uma nova medida provisória, com um texto diferente da anterior.

O governo ainda quer votar nesta semana a MP do Repetro, que entre outros pontos desonera as importações de equipamentos para a exploração de petróleo e gás. A medida expira em 15 de dezembro. O presidente da

Petrobras, Pedro Parente, se reuniu com o da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que houve compromisso de que o projeto será votado nesta quarta (29).

Até dezembro, o governo ainda tem que votar a MP que iguala a tributação de fundos de investimentos fechados à dos abertos, o que antecipará R\$ 6 bilhões em IR. Apesar de a medida expirar em abril de 2018, as mudanças no IR têm de ser feitas no ano anterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT - DE SÃO PAULO

Título: Operação da Vale turbinou fusões no país

Até outubro, houve alta de 48%, mas sem incorporação da Valepar pela mineradora, os negócios recuam 20%

Número de transações nos 10 primeiros meses caiu de 249 para 239; cenário é otimista para 2018, diz especialista

A incorporação da Valepar pela Vale turbinou o resultado das fusões e aquisições no país nos dez primeiros meses deste ano. As operações somaram US\$ 44,9 bilhões, aumento de 47,5% em relação ao mesmo intervalo de 2016, de acordo com estudo da S&P Global Market Intelligence obtido pela Folha. Sem o negócio da Vale, no entanto, as operações recuaram 20%. O negócio de US\$ 21,1 bilhões estabeleceu que a mineradora passasse a incorporar a Valepar, empresa detida por Bradesco e fundos de pensão e que exerce o controle da companhia.

Além disso, o número de transações diminuiu, recuando de 249 negócios para 239 no ano até outubro. Para Pedro Arlant, diretor-geral da S&P Global Market Intelligence, as empresas locais com boas condições de caixa ou acesso a capital conseguiram aproveitar o cenário de ativos desvalorizados ou estagnados pela crise para ir às compras.

"No caso das transações por empresas internacionais, os ativos brasileiros se tornaram ainda mais atrativos em razão da moeda local consistentemente desvalorizada, o que requereu menos moeda forte para compra", afirma. Em 18 de maio, em meio à crise provocada pela notícia da delação do empresário Joesley Batista, da JBS, o dólar chegou a ter uma valorização quase 9% ante o real. No ano até outubro, a moeda estava praticamente estável, com leve alta de 0,75%.

Até outubro, os setores que mais registraram fusões e aquisições foram tecnologia da informação, alimentação, imobiliário, energia, educação e saúde. Esses três últimos, diz o diretor da S&P, atraíram empresas estrangeiras interessadas em crescer em mercados emergentes.

PERSPECTIVAS

O ano eleitoral não terá efeito expressivo sobre as operações de fusão e aquisição, segundo Arlant. "O consenso do mercado é de que o pior já passou. Aos poucos, uma conjuntura mais positiva está se consolidando, independentemente de quem ganhará as eleições de 2018."

As empresas devem se beneficiar em 2018 de uma política de expansão de crédito dos bancos comerciais, após uma limitação nos empréstimos neste ano em decorrência dos elevados índices de recuperação judicial, diz. No entanto, uma nova crise política poderia frear o processo de investimentos. "Mas, de forma geral, uma visão mais otimista do mercado está se consolidando."

O estudo analisou ainda as operações de fusão e aquisição na América Latina no primeiro semestre. O comportamento foi parecido com o observado no Brasil: aumento no valor das transações, com menos negócios. Nos 12 meses até junho, o valor das transações cresceu 30% em relação ao período anterior, para US\$ 141 bilhões. O número de operações recuou de 1.213 para 1.055 no intervalo.

Entre as dez maiores operações na região, nove envolveram empresas brasileiras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise Rothemburg Brasília DF

Título: Cemig na lida

A Cemig recebeu respeitosamente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeitou recurso para reaver a concessão da usina hidrelétrica de Jaguará, o que deve também se aplicar às usinas de São Simão e Miranda. A companhia, entretanto, informa que "continuará lutando, em todas as instâncias, para garantir os seus direitos e esclarece, ainda, que essa demanda poderia ter sido resolvida de forma conciliada, respeitando o contrato assinado em 1997, não fosse a intransigência do Governo Federal em relação ao estado de Minas Gerais". Vem briga aí.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Anna Russi**Título:** Brasilienses pagam mais

O consumidor tem sentido no bolso a disparada no valor da gasolina. E não é à toa. Em um ano, os preços nas bombas subiram bem mais do que a inflação. Enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula alta de 2,7% em 12 meses, os reajustes nas refinarias desde novembro de 2016 atingiram no total 10,5% até a mais recente majoração, no dia 24.

De modo geral, no país, os postos não repassaram para o consumidor tudo o que tiveram de pagar a mais. De acordo com os números disponibilizados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), a alta média nas bombas foi de 9,6%.

Mas, para o brasiliense, não houve frescor. Com elevação de 15,8%, seguindo as médias da ANP, a gasolina comum no Distrito Federal passou de R\$ 3,518, em média, em novembro de 2016, para R\$ 4,086, neste mês. No Plano Piloto, tem sido bem pior que isso. O Correio pesquisou o valor em 26 postos da região e encontrou alta de 26,8% neste período. Não é difícil encontrar gasolina vendida a incríveis R\$ 4,50.

O motorista Adão Monteiro, 41 anos, acha a variação de preços que se tem visto uma falta de respeito com o contribuinte. “Já fui a cidades próximas, e a gasolina estava mais barata. Acho que os postos daqui abusam”, criticou.

Para o professor de administração pública da UnB Roberto Piscitelli, esses dados demonstram uma presunção de renda per capita mais elevada e de um número maior de veículos que transitam pela região. De acordo com ele, os resultados fornecem indícios de que ainda existe cartel no DF. “Atua-se de forma orquestrada. É evidente a similaridade de preços com diferenças apenas de acordo com as regiões de Brasília e do Entorno”, observou. Na visão do professor, a política da Petrobras, com variações quase diárias, contribui para isso.

Piscitelli criticou o governo Dilma pela política de reajustes do combustível, em que se segurou o valor na tentativa de conter a inflação. Mas ele também reprovou a atual política pelos aumentos constantes. “O consumidor perde a noção do que seria o preço normal, a referência do caro. Fica difícil fiscalizar, os preços sobem com muito mais velocidade e facilidade do que descem”, comentou. Para ele, é necessário que haja uma periodicidade mínima para a alteração dos valores.

Tito Rodrigues, 56 anos, trabalha com transporte de carga e confessou que só estava abastecendo o tanque para não ficar no meio da rua. “Estamos sempre na expectativa de achar um posto mais barato, mas são realmente sem noção e sem cabimento esses valores”, disparou.

Parte do aumento em 12 meses se deve à elevação de impostos. O PIS/Cofins passou de R\$ 0,38 para R\$ 0,79 por litro da gasolina. No caso do diesel, de R\$ 0,25 para R\$ 0,46. Como isso é aplicado em todo o país, não explica por que o consumidor do DF foi sacrificado tão intensamente, arcando com alta muito acima da média nacional. A variação expressiva, de 26,8%, se explica pelo fato de que, no fim do ano passado, quase todos os postos faziam promoções. Depois dos aumentos recentes, decidiram, de forma homogênea, colocar as bombas em nível acima do que se vê em outras regiões do país. Os preços são livres no Brasil, e nada impede que um comerciante cobre dos clientes o que achar que lhe cabe. O problema é quando os preços de vários estabelecimentos se movem em conjunto, de forma muito parecida, para cima ou para baixo. É aí que os especialistas veem indícios de formação de cartel, algo que infringe a lei.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

As variações

POSTOS **ENDEREÇO** **R\$ 14/11/2016** **26/11/2017** **27/11/2017**

<u>Petrobras</u>	<u>Próximo à Torre de</u>			
TV	3,29	4,26	4,26	
<u>Petrobras</u>	<u>Eixo W 103</u>			
Sul	3,52	4,47	4,56	
<u>Petrobras</u>	<u>Eixo W 105</u>			
Sul	3,39	4,3	4,29	
<u>Petrobras</u>	<u>Eixo w 106</u>			
Sul	3,38	4,26	4,25	
Shell	Eixo W 115 Sul	3,41	4	4,35
JarJour	Eixo L 210 Sul	3,49	4,26	4,25
PB	Eixo L 206 Sul	3,27	4,26	4,26
<u>Petrobras</u>	<u>Eixo L 202</u>			
Sul	3,29	4,47	4,26	
<u>Petrobras</u>	<u>Eixo L 203</u>			
Norte	3,51	4,46	4,46	
<u>Ipiranga</u>	<u>Eixo L 204</u>			
Norte	3,49	4,3	4,45	
<u>JarJour</u>	<u>Eixo L 206</u>			
Norte	3,66	4,26	4,29	

Ipiranga Eixo L 210

Norte	3,35	4,28	4,36
-------	------	------	------

Ipiranga Eixo W 115

Norte	3,39	4,44	4,36
-------	------	------	------

Petrobras Eixo W 113

Norte	3,39	4,23	4,29
-------	------	------	------

Petrobras SIG Quadra

3	3,39	4,44	4,44
---	------	------	------

Sehll SIG Quadra

3	3,39	4,3	4,26
---	------	-----	------

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel****Título: Petrobras "sem culpa"**

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, buscou minimizar a responsabilidade da estatal pelos consecutivos reajustes da gasolina, cujo litro já chega a R\$ 4,50 em vários postos da capital federal e vêm pesando cada vez mais no bolso do consumidor. “Em termos concretos, o grande impacto do aumento dos combustíveis é decorrente do aumento de impostos”, afirmou, após encontro com o presidente Michel Temer no Planalto.

De acordo com Parente, neste primeiro ano em que a estatal iniciou a política de preços livres, a gasolina subiu cerca de 2% devido às variações da cotação da commodity no mercado internacional e do câmbio. “Os impostos levam um aumento de mais de 20% (no preço dos combustíveis)”, disse. “Não estou aqui para criticar o governo, pois foi uma necessidade em função da crise fiscal”, completou ele, ressaltando que, atualmente, a diferença entre os preços da gasolina e do diesel “é muito pequena”.

Em julho, a cobrança das alíquotas de PIS-Cofins sobre os combustíveis mais que dobrou em alguns casos para que o governo ampliasse a arrecadação com o tributo em cerca de R\$ 10 bilhões por ano. Na gasolina, o imposto passou de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 o litro nas refinarias. E, para o diesel, subiu de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Bruno Villas Bôas, Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Bandeira tarifária menor aumenta chance de inflação abaixo de 3%**

A redução do custo da bandeira tarifária de dezembro aumentou as chances de que a inflação neste ano fique abaixo de 3%, disseram especialistas ouvidos pelo **Valor**. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem o acionamento do primeiro patamar da bandeira vermelha para dezembro, com acréscimo de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (KWh) consumidos.

A mudança marca uma redução da cobrança adicional em relação a novembro, que teve o segundo patamar da bandeira vermelha, com acréscimo de R\$ 5 a cada 100 KWh consumidos. O patamar dois da bandeira vermelha foi acionado também em outubro, devido à crise hídrica, e foi o principal fator de pressão sobre os preços.

Pelos cálculos da consultoria Tendências, a redução da bandeira vai provocar queda de 4% na conta de luz em dezembro pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e tirar 0,12 ponto percentual da inflação no mês. O impacto favorável não estava no cenário. A consultoria previa a manutenção do nível dois.

"Estávamos prevendo IPCA de 0,44% em dezembro. Agora, com a mudança, essa taxa pode ficar mais perto de 0,30% para o mês. Na prática, isso significa que a nossa previsão para a inflação oficial deste ano também tende a ficar menor: em vez de 3%, teremos algo mais próximo de 2,9%", disse Marcio Milan, economista da Tendências. A taxa é inferior à meta do ano, que teve o centro fixado em 4,5%, com margem de 1,5 ponto para mais ou para menos.

Nas contas do economista Marco Caruso, do banco Pine, a redução do nível da bandeira tarifária vermelha deve retirar 0,15 ponto percentual do IPCA de dezembro. Caruso, que também previa a manutenção do nível mais alto de cobrança, pode rever assim sua projeção do IPCA de dezembro de 0,40% para 0,25%.

"Isso é um patamar bastante baixo para meses de dezembro. Com a alimentação comportada também no fim do ano, não sobra praticamente nada para colocar pressão nos preços em dezembro, só gasolina, que tem sido um fator mais difícil de prever", disse Caruso.

Para ele, as chances de a inflação oficial ficar acima de 3% neste ano tornou-se "baixa" após a decisão da Aneel. O Pine previa o IPCA em 3% neste ano e tende a rever essa projeção para algo próximo de 2,85%. O economista se disse surpreso com a decisão da agência, dado o nível de reservatórios e o início de recuperação econômica.

"Apesar de o PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, uma das referências usadas pela Aneel na decisão] ter melhorado recentemente, creio que a

redução seria algo que a agência começaria a olhar mais para frente. É claro que é um órgão técnico, mas achamos temerária a decisão", disse o economista. Segundo a Aneel, a redução do patamar da bandeira vermelha foi possível devido à uma "pequena evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior."

Considerando PLD desta semana, de R\$ 208/MWh, havia a possibilidade de acionamento da bandeira verde em dezembro, se as regras anteriores estivessem em vigor. Isso representaria um alívio maior nos preços, pois a bandeira verde não tem cobrança adicional.

Até outubro, as bandeiras tarifárias eram acionadas de acordo com o custo máximo de operação do sistema (CMO), que é semelhante ao PLD. A bandeira era verde até o custo de R\$ 221,28/MWh. Desde 24 de outubro, porém, a Aneel propôs uma alteração na metodologia das bandeiras, a fim de que o mecanismo também incorpore a situação dos reservatórios das usinas, o que justificou a manutenção da cobrança da bandeira vermelha. A proposta de mudança ainda está em audiência pública, mas as mudanças já estão em vigor desde novembro.

Enquanto os reservatórios continuam em níveis muito baixos, o consumo de energia tem demonstrado indícios de recuperação, refletindo os sinais de melhora da economia. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou ontem que a carga (consumo mais perdas) do Sistema Interligado Nacional (SIN) cresceu 3% em outubro, para 66.349 MW médios. Ante setembro, houve alta de 1,7%. Em 12 meses até outubro, o volume avançou 1,1%.

Houve aumento no consumo em todas as regiões do país, com destaque para o Sul, que teve alta de 4,1% na comparação anual.

"Os sinais mais consistentes de recuperação da economia, já podem ser observados no comportamento da carga do SIN. Fatores como a queda nos juros, a safra agrícola, a geração de empregos e o aumento das exportações industriais, estão influenciando positivamente o desempenho da carga de energia", disse o operador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: BNDES facilita regra para financiamento de energia

O BNDES flexibilizou as condições de financiamento para empreendimentos destinados aos leilões de transmissão e geração de energia deste ano. As regras dos empréstimos para os projetos dos certames de dezembro estão menos

rígidas em relação à nova política de financiamento do banco estatal lançada em janeiro na gestão de Maria Silvia Bastos Marques.

Com relação à geração de energia, a principal mudança é com relação à participação máxima do banco sobre o valor dos itens financiáveis. Pela nova política essa participação era dividida por categoria, sendo 80% para energia solar, 70% para energia eólica e 50% para hidrelétricas e térmicas. Para os leilões de dezembro, porém, o BNDES financiará até 80% para todos os projetos, independentemente da fonte de energia.

Os empreendedores que saírem vencedores dos leilões de geração poderão ainda escolher qual taxa preferem para o seu financiamento junto ao BNDES: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a nova Taxa de Longo Prazo (TLP) e moeda IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Na área de transmissão, as condições de financiamento para os projetos serão as mesmas daquelas aplicadas para a licitação do tipo, no primeiro semestre do ano. Naquela ocasião, contudo, o custo do financiamento para projetos de transmissão era a taxa de mercado. No leilão de dezembro, o BNDES permitirá ao investidor escolher entre IPCA e TLP. Além disso, com relação ao financiamento de máquinas e equipamentos, o cliente poderá optar pelo financiamento em TJLP, além de TLP e IPCA.

"Dessa maneira o BNDES dá continuidade à política de apoio à expansão da capacidade de geração e transmissão de energia do sistema elétrico brasileiro e passa a oferecer condições mais flexíveis que permitem acomodar as diversas estratégias empresariais dos distintos grupos econômicos", informou o banco de fomento em comunicado sobre o assunto, divulgado ontem.

O leilão de transmissão está marcado para 15 de dezembro. Já os leilões de energia ocorrerão em 18 (A-4) e 20 de dezembro (A-6). Os leilões A-4 e A-6 negociarão contratos de energia para início de fornecimento em 2021 e 2023, respectivamente. No A-4, podem participar hidrelétricas, térmicas a biomassa, eólicas e usinas solares. No A-6, poderão participar hidrelétricas, térmicas a gás natural, carvão e biomassa e eólicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Dois candidatos disputam vaga na diretoria da Aneel

Dois nomes despontam na corrida pela vaga aberta na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com a saída de José Jurhosa, cujo mandato

terminou no fim de outubro. O **Valor** apurou que os principais indicados neste momento são Rodrigo Limp Nascimento, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, e Sandoval Feitosa Neto, superintendente de fiscalização dos serviços de eletricidade da autarquia. Os nomes dos dois já foram apresentados por políticos ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Engenheiro e mestre em economia, Limp é o nome, entre os apresentados até agora, com mais aceitação na cúpula energética do governo. A escolha por seu nome seria estratégica, para ter no quadro da autarquia alguém com bom relacionamento com o Congresso.

Já Feitosa Neto tem apoio interno da área técnica da Aneel. Mestre em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília, o atual superintendente já exerceu função de especialista em regulação de serviços públicos e teve passagens pela iniciativa privada, nos setores de distribuição e transmissão.

Ainda corre por fora o nome de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Ele, no entanto, não teve seu nome apresentado por parlamentares ao ministério até o momento.

Conta a favor de Delgado a experiência no setor elétrico e seu conhecimento de regulação do mercado. No setor, no entanto, alguns são contrários à sua indicação por ser um nome ligado à associação das distribuidoras. Segundo uma fonte, porém, uma vez na diretoria da Aneel, ele deixaria de defender os interesses das distribuidoras para cumprir um papel de regulador.

Outros nomes que chegaram a ser cogitados foram o de Ricardo Pinto Pinheiro, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e ex-diretor da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal (Adasa) e de dois integrantes do MME: Paulo Gabardo e Rutelly Marques da Silva, chefes das assessorias especiais em assuntos regulatórios e em acompanhamento de programas estruturantes da pasta, respectivamente. Esses três nomes, porém, são dados hoje como improváveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Agência de mineração incha na Câmara

Concebida com estrutura enxuta e recursos próprios para funcionar, a proposta de criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) foi desvirtuada e tornou-se uma espécie de "trem da alegria" na Câmara dos Deputados.

A nova agência reguladora, que substituiria o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi instituída por medida provisória com a previsão de 252 cargos comissionados e uma taxa específica a ser cobrada das mineradoras para custear suas atividades. O texto aprovado pela Câmara, na semana passada, aumentou esse contingente para 384 cargos e derrubou a Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias (TFAM). E ainda causou mais um problema para as contas públicas: eleva significativamente os salários de servidores hoje lotados no DNPM, que passam automaticamente ao novo órgão.

As mudanças foram feitas pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), à revelia do governo. O Palácio do Planalto ainda não fez cálculos do impacto, mas vê essas alterações com apreensão e não descarta a possibilidade de vetos - pelo menos parciais. A MP precisa ser votada hoje no Senado para não expirar.

O texto original previa apenas uma migração de boa parte dos atuais funcionários do DNPM para a nova agência, sem variações salariais. No entanto, diante do forte lobby dos sindicatos e associações de servidores, o relatório aprovado na Câmara promoveu uma equiparação com as carreiras de outros órgãos reguladores.

Dessa forma, os analistas administrativos da futura ANM vão receber R\$ 19.564 a partir de 1º de janeiro de 2019. No caso dos especialistas em recursos minerais, os salários chegam a R\$ 21 mil. Há aumentos também para técnicos. Em plena crise fiscal, o reajuste médio ultrapassa 30%.

Se passar no Senado, em tese, esse aumento ainda poderia sofrer veto presidencial. Não haveria como recriar, porém, a taxa criada para financiar a agência reguladora. A TFAM previa uma cobrança anual de R\$ 500 a R\$ 5 mil de cada jazida, dependendo do estágio de cada empreendimento. Sua instituição foi eliminada no parecer de Quintão.

Apesar da desconfiguração do texto original, o **Ministério de Minas e Energia** ainda defende que a MP seja aprovada. "O ótimo é inimigo do bom", disse ao **Valor** o secretário de Geologia e Mineração, Vicente Lôbo. "Eu tenho convicção de que a melhor peça foi aquela enviada ao Congresso, mas precisamos respeitar as modificações, que são da natureza do processo. Cabe a nós fazer uma análise técnica e jurídica do que vier."

O secretário acrescenta: "A transformação da autarquia em agência é fundamental e permite avanços enormes, com reuniões públicas e indicações de diretores com formação técnica, por exemplo. A única atividade econômica representativa sem agência reguladora era a mineração".

Na tentativa de minimizar o estrago orçamentário das mudanças feitas pela Câmara, setores do governo lembram que o DNPM já tem uma estrutura com 380 comissionados. Argumentam ainda que os royalties pagos pelas mineradoras vão subir e isso trará algum reforço no caixa da nova agência, que fica com uma pequena parte dos valores arrecadados.

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) foi elevada por outra medida provisória, a MP 789, único do pacote lançado em julho pelo governo que recebeu aprovação da Câmara e do Senado. A terceira medida - MP 790 - mexia em 23 pontos do atual marco regulatório do setor, modernizando o código em vigência desde 1967, mas ainda não passou em nenhuma das Casas.

O texto-base da nova agência reguladora estabelece uma série de critérios para a indicação da futura diretoria colegiada. Os diretores não poderão ser representantes da "estrutura decisória" de partidos políticos e nem vir do comando de sindicatos ou associações empresariais do setor.

Algumas exigências presentes na MP, entretanto, também foram retiradas no texto aprovado pela Câmara. Uma delas é a experiência profissional de, no mínimo, dez anos em atividade regulada pela ANM ou de quatro anos em cargo de chefia superior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti e Nathália Larghi | De São Paulo

Título: Baixo carbono será chave na relação Brasil-UE

"A transformação da economia exigida na implementação do Acordo de Paris requer forte envolvimento do setor privado. Será o setor privado que fará funcionar o Acordo, ou ele não funcionará", diz o embaixador da União Europeia no Brasil João Gomes Cravinho.

Cravinho falou ontem na abertura do Fórum Negócios Verdes, organizado pela UE com apoio do Ministério do Meio Ambiente, Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e do WWF-Brasil. A economia de baixo carbono, destacou, será elemento chave na cooperação Brasil-União Europeia.

O evento, que termina hoje em São Paulo, reuniu 70 empresários interessados em agricultura de baixo carbono, biomassa, energia solar, eficiência energética. A intenção da UE é "fornecer uma plataforma de diálogo" entre o bloco e o Brasil, juntando instituições financeiras, empresas e governo para "discutir

oportunidades concretas de financiar negócios verdes promovendo a consolidação de economias sustentáveis", diz material dado à imprensa.

A União Europeia é o maior financiador climático global. Os recursos externos do bloco nesta rubrica mais do que dobraram desde 2013, alcançando € 20,2 bilhões em 2016. A má notícia é que os investimentos miram principalmente a redução de emissões de gases-estufa mas ainda é um desafio atrair fundos privados para a adaptação à mudança climática.

"Finanças públicas podem preencher apenas uma fração das necessidades que temos para enfrentar a mudança do clima. Conseguir atrair recursos privados é ponto-chave", disse Yvon Slingenberg, diretora internacional de Ação Climática da Comissão Europeia.

Em entrevista ao **Valor** ela explicou, por exemplo, que neste momento o bloco europeu discute a definição do que são projetos sustentáveis e "climaticamente alinhados" com questionamentos sobre se uma usina a gás é sustentável. São debates delicados. A Polônia, por exemplo, é grande usuária de carvão. "Estamos olhando para os detalhes, vendo como podemos iniciar realmente o debate de fazer a transição da economia."

Para alcançar as próprias metas - corte de 40% nas emissões até 2040 -, a UE deve investir € 79 bilhões ao ano, entre 2021 e 2030. "A indústria europeia se tornou mais forte e competitiva via inovação e descarbonização", continuou.

O Brasil está "empenhado na criação de ambiente propício para oportunidades de negócios verdes e transitar em uma economia que usa recursos de maneira sustentável", disse Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central.

"Essa pauta vai bem além de questões ambientais", disse Everton Lucero, secretário de Mudanças do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. "Vejam o tamanho do desafio: não se trata apenas de promover medidas isoladas, mas de mudar a rota de desenvolvimento de nossas sociedades", continuou. Ele também disse que, no entendimento do governo, "precificar o carbono é hipótese não descartada, mas o preço não deveria ser uma imposição que gere ônus às atividades produtivas."

O vice-presidente da Febraban Alvir Hoffmann lembrou que é intenção do Fórum promover parcerias entre pequenas e médias empresas brasileiras e europeias. No Brasil, elas respondem por 25% do PIB. "O Fórum acontece em momento oportuno, em que o Brasil inicia um processo de recuperação econômica", seguiu Hoffmann.

Em dezembro de 2016, o saldo dos empréstimos para energias renováveis, agricultura de baixo carbono e transportes sustentáveis chegou a R\$ 309

bilhões. Isso representou quase 19% do total da carteira de empréstimos a pessoas jurídicas de 15 bancos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Cristian Klein | Do Rio

Título: MP que cria agência de mineração está na pauta

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram nesta semana quatro projetos com alta ou muito alta probabilidade de aprovação nos próximos 180 dias, mostra levantamento do grupo Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**. Todos são medidas provisórias, sendo que duas caducarão se não forem aprovadas até hoje.

A MP 791, que está no Senado, tem chance muito alta de aprovação. Ela cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e faz parte de um pacote de três medidas provisórias que alteram o marco regulatório da mineração.

Na Câmara, a urgência é para a aprovação da MP 793, que permite o parcelamento de dívidas de produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) com descontos. O Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) abrangerá débitos relativos à contribuição social sobre a receita bruta devida pelo setor a título de contribuição previdenciária dos trabalhadores rurais. As outras duas medidas na Casa têm prazo de votação até dezembro. Trata-se da MP 796, que prorroga o prazo de utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), e da MP 795, que promove medidas de estímulo à exploração e produção de petróleo no Brasil, utilizada pelo governo para viabilizar os leilões do pré-sal, com chance muito alta de conversão em lei, estima o Cebrap/Ello.

O levantamento engloba 59 projetos com impacto econômico que estão na pauta de plenário ou terminativa nas comissões (quando dispensa análise pelo plenário) da Câmara e do Senado. O cálculo, baseado num modelo estatístico que considera o histórico de votações do Legislativo desde 1988, é referente à chance de aprovação nos próximos 180 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro | Do Rio e São Paulo

Título: Acordo de Vale e BHP na Samarco passa por volta à produção

Passados mais de dois anos do acidente com a Samarco, em novembro de 2015, a Vale e a anglo-australiana BHP - donas da mineradora - ainda buscam soluções para o futuro da empresa. A reestruturação societária da Samarco está sobre a mesa, mas qualquer definição dos sócios sobre o tema depende de a mineradora obter as licenças ambientais para voltar a operar. Há previsão de que duas audiências públicas sobre o licenciamento da Samarco sejam realizadas em dezembro, mas não fica claro ainda quando a companhia poderá retomar a produção em Mariana (MG).

Enquanto isso, Vale e BHP mantêm conversações sobre a sociedade na Samarco, mas as discussões prosseguem de forma lenta, disseram fontes. O mercado considera possível que a Vale fique com a participação da sua sócia na mineradora de ferro, na qual cada sócio tem hoje 50%. A BHP vê a Samarco como um ativo de valor desde que consiga retomar as operações que estão paralisadas desde 5 de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão rompeu matando 19 pessoas e provocando o maior desastre ambiental do Brasil.

Fontes do setor avaliam que um caminho natural, depois de garantido o retorno da Samarco à operação, seria a BHP deixar a sociedade. A Samarco é o único ativo da mineradora australiana no Brasil. A BHP disse que não comentaria "especulações". Ainda de acordo com fontes, o foco de Vale e da sócia é retomar as operações da Samarco, condição necessária para que os dois controladores cheguem a um desfecho nas negociações. "Sem a licença, a Vale não assume a Samarco isoladamente", disse fonte.

Até a próxima semana, as duas acionistas devem anunciar os valores dos aportes que farão na Samarco em 2018 para cumprir seus compromissos. Para 2017, a Vale tem estimativa de desembolsar US\$ 168 milhões na mineradora e US\$ 313 milhões na Fundação Renova, responsável pelos programas de reparação dos danos de Fundão. Em junho, a BHP aprovou US\$ 250 milhões em suporte financeiro à Fundação Renova e à Samarco até 31 de dezembro.

Em setembro, a Samarco apresentou ao governo mineiro o pedido de licença para voltar a operar. Na ocasião, protocolou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do pedido de licenciamento operacional corretivo (LOC) na Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Semad), mas preferiu não fazer previsões sobre prazos para receber essa licença. Fonte afirmou que os órgãos ambientais continuam reticentes em conceder as licenças.

A Semad disse que o pedido de licenciamento da Samarco está em análise técnica. Audiência pública sobre a LOC deve ser realizada em dezembro, quando haverá outra audiência pra tratar da licença de instalação da cava de Alegria Sul, para depósito de rejeitos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Project finance para Vale

A Vale assinou ontem o acordo do "project finance" de US\$ 2,73 bilhões para o Corredor Logístico de Nacala (CLN), que transporta carvão da mina de Moatize, em Moçambique. Do total, US\$ 1,03 bilhão serão de empréstimo do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e US\$ 1 bilhão de várias instituições japonesas, como o Bank of Tokyo, US\$ 400 milhões virão de outras instituições e US\$ 300 milhões do African Development Bank (AfDB). Os empréstimos serão amortizados em 14 anos. O project finance completa a estrutura de investimento do CLN.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Governo tenta descontratar termelétricas

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) está estudando uma forma de descontratar das distribuidoras cerca de 700 megawatts (MW) de termelétricas a óleo combustível que estão recebendo sem funcionar, suportadas por decisões judiciais, disseram ao **Valor** duas fontes com conhecimento direto da situação.

O CMSE constatou que, apesar de receberem as tarifas fixas de disponibilidade, esse conjunto de termelétricas, que são consideradas pouco eficientes, não está atendendo o sistema, por não estarem operando. O CMSE reúne representantes do **Ministério de Minas e Energia (MME)** e das principais agências do governo relacionadas ao setor elétrico.

A proposta foi levada ao CMSE pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e agora o governo está avaliando juridicamente como colocar isso em prática até 8 de dezembro, prazo final para que as distribuidoras apresentem novamente as declarações de demanda para os leilões de geração marcados para dezembro. O novo prazo foi concedido por uma portaria do MME na semana passada.

Com isso, essa energia poderá ser "recontratada" pelas concessionárias já no leilão A-4, marcado para 18 de dezembro, que contratará projetos para 2020.

Não se sabe qual o mecanismo necessário para conseguir isso, uma vez que é um fato inédito no setor elétrico brasileiro, apurou o **Valor**. A equipe jurídica do Ministério de Minas e Energia está se debruçando sobre o tema para tentar uma solução. Pelo desenho pensado pelo CMSE, as usinas permaneceriam contratadas por esse período de três anos, enquanto o governo enfrenta na Justiça o caminho para descontratá-las definitivamente.

O governo está empenhado em conseguir isso, porque entende que, na prática, a garantia física dessas usinas térmicas não está disponível aos consumidores. Fontes próximas da situação, porém, apontaram que a solução não é simples, podendo se arrastar e se transformar em outra batalha judicial no setor.

Do lado dos geradores renováveis, a expectativa em torno dessa descontração é grande. Esse grupo entende que a retirada dessas termelétricas da carteira das distribuidoras poderá abrir espaço para novos ativos de geração de energia.

Depois de praticamente três anos sem contratação de novos projetos de geração, os leilões de dezembro devem ser marcados pela alta competição, e o aumento da demanda das distribuidoras pode ajudar a minimizar o problema e a garantir que mais projetos saiam do papel.

A possibilidade de fazer o descomissionamento econômico dessas usinas ineficientes apareceu, pela primeira vez, no texto da Consulta Pública 33 do Ministério de Minas e Energia, que propôs as mudanças no marco legal do setor elétrico. As conclusões dessa consulta devem resultar num projeto de lei (PL), que será encaminhado ao Congresso depois do PL da privatização da Eletrobras.

Na consulta, foi proposto o descomissionamento das termelétricas com custo variável de geração (CVU) superior ao preço teto do mercado de curto prazo de energia, fixado em R\$ 533 por megawatt-hora (MWh) neste ano. O texto dizia que, para os concessionários dessas usinas, seria vantajoso aceitar a descontração, pois o custo de execução do contrato é elevado e, em muitos casos, não compensa colocar a usina para funcionar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras inicia produção de óleo e gás no campo gigante de Libra

O consórcio responsável pela operação do campo gigante de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, iniciou no domingo a produção de petróleo e gás natural na região. A extração petrolífera na área, prevista inicialmente para julho deste ano, é a primeira sob o regime de partilha da produção com a União.

O primeiro óleo de Libra foi obtido por meio do FPSO (sigla em inglês para plataforma flutuante de produção e armazenamento de óleo e gás) Pioneiro de Libra, em um Teste de Longa Duração (TLD), de um ano. A unidade, afretada e operada pela joint-venture OOGTK, formada pela Odebrecht Óleo e Gás (OOG, 50%) e Teekay Offshore (50%), tem capacidade de produção de 50 mil barris diários de petróleo e de compressão e reinjeção de 4 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. A plataforma opera em lâmina d'água de até 2,4 mil metros.

O consórcio responsável pelo campo é liderado pela Petrobras (operadora, com 40% de participação). Os demais acionistas são a anglo-holandesa Shell (20%), a francesa Total (20%) e as chinesas CNOOC (10%) e CNPC (10%).

O TLD de Libra ocorre em meio a indefinições sobre o projeto. A primeira é com relação à comercialização do óleo de Libra que pertence à União. Pela legislação, a Pré-sal Petróleo SA (PPSA), estatal criada para gerenciar e fiscalizar contratos de exploração de petróleo sob regime de partilha, não pode comercializar diretamente a parcela da União. A estatal teria que contratar uma comercializadora ou a Petrobras.

Na última semana, **o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, contou que uma Medida Provisória (MP) permitindo a comercialização do óleo pela PPSA deve ser publicada nos próximos dias. "A lei da PPSA foi criada em outro contexto. Se não mudarmos as regras, não poderemos comercializar o óleo do pré-sal", disse ele, na ocasião.

A segunda dúvida envolve o consórcio responsável pelo campo de Libra. O presidente da Shell, André Araujo, sinalizou este mês que a companhia aguarda a aprovação pelo Congresso da MP que estende o Repetro, regime aduaneiro especial para o setor, até 2040, e a publicação de resolução pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre o "waiver" (flexibilização) das exigências de conteúdo local, para dar continuidade à contratação das futuras plataformas petrolíferas do campo. "Espero que a gente consiga contratar logo e que os acionistas se sintam confortáveis para decidir sobre o investimento", disse o executivo, durante evento no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Prysmian vai atender subterrâneo paulistano

A Prysmian Brasil, fornecedora de cabos e sistemas para setores de energia e telecomunicações, fechou com a distribuidora de energia Eletropaulo um contrato de R\$ 30 milhões para a implantação de um sistema subterrâneo na cidade de São Paulo.

Segundo a fabricante, a linha subterrânea terá cerca de 2,9 quilômetros de cabos de alta tensão, totalizando 18 quilômetros de cabeamento, e vai ligar a região do Ipiranga à Vila Mariana. A conclusão da obra está prevista para outubro de 2018.

O contrato com a Prysmian, ainda segundo a companhia, inclui fornecimento de materiais, equipamentos técnicos para obras civis, montagem eletromecânica, testes e comissionamento da linha.

Em nota, o diretor da divisão de energia da Prysmian, João Carro Aderaldo, disse que é possível notar uma retomada gradual dos investimentos no setor. "Apesar do pequeno número de redes subterrâneas, acreditamos em um crescimento importante nos investimentos nesses projetos nos próximos anos", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Vendas de etanol em alta

As vendas de etanol hidratado pelas usinas do Centro-Sul do país voltaram a registrar aquecimento na primeira metade de novembro, já que o produto continua mais vantajoso do que a gasolina nos principais polos consumidores de combustível.

Foram vendidos 684,757 milhões de litros de etanol hidratado entre os dias 1 e 16 de novembro, uma alta de 36,1% sobre o mesmo período do ano passado, de acordo com dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Na quinzena anterior, o volume foi de quase 840 milhões de litros, mas o período teve mais dias úteis.

Em nota, o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, observou que o produto segue mais competitivo que a gasolina em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, "responsáveis por quase metade da frota de veículos leves e motocicletas do país".

Mesmo em outros Estados, em que o preço do etanol está acima de 70% do valor da gasolina - conforme parâmetro mais aceito pelo mercado, para ser vantajoso o etanol tem que valer até 70% do preço da gasolina -, o produto tem

sido vendido a preços bem mais baixos que o da gasolina, o que atrai a demanda. Em Goiás, o litro do etanol na semana passada estava R\$ 1,262 mais barato que a gasolina, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No Paraná, a diferença foi de R\$ 1,102 o litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial Fórmula 1

Autor: Sergio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo

Título: FE antecipa era do carro elétrico

No cenário de mudanças climáticas, o mundo dos automóveis é pressionado a dar uma guinada. Se o Reino Unido decidiu proibir a venda de novos carros a gasolina e diesel a partir de 2040, na Alemanha a restrição começará a valer já em 2030, de modo a banir gases de efeito-estufa das ruas e estradas até 2050. A arrancada vem da Europa, mas a corrida pelo mercado de mobilidade sem combustível fóssil ganha abrangência global. Prova disso está no campeonato mundial de Fórmula E, que tem participação exclusiva de veículos elétricos e se desenvolve desde 2014 no vácuo do movimento pela sustentabilidade do planeta.

Mantida pela Federação Internacional de Automobilismo (FIA) para promover alternativas de menor impacto ambiental, a modalidade reúne dez fabricantes e vinte pilotos, incluindo o brasileiro Lucas Di Grassi, campeão da temporada 2016-17 pela Audi. Para divulgar o conceito, as provas ocupam ruas centrais de onze cidades nos cinco continentes - e, em 2018, a competição deverá acontecer pela primeira vez no Brasil.

Tecnologias de design e desempenho transferidas das pistas para o mercado difundem a cultura do baixo carbono. "Presenciamos hoje com os carros elétricos o movimento antes ocorrido com a Fórmula 1, em que inovações aplicadas nas pistas chegaram aos carros comerciais à combustão", analisa Fábio Delatore, professor do Centro Universitário FEI, ao lembrar a adesão de montadoras de renome, como a Mercedes e a Porsche.

O impulso vem do desenvolvimento da eletrônica de potência para melhor rendimento do motor. Nos modelos a gasolina ou diesel, a eficiência energética é três vezes menor em comparação aos elétricos, quando se considera o desperdício desde a extração de petróleo até o uso final do combustível. Para Delatore, "o setor automobilístico pegou carona na expressiva evolução de motores elétricos para outros usos, como o industrial e o doméstico".

O desafio da escala está na redução do custo das baterias, com química de lítio-polímero, que confere maior acúmulo de energia e leveza. "O problema não é de tecnologia, mas de demanda", explica o professor, responsável pelo projeto Fórmula FEI Elétrico, voltado ao desenvolvimento de carro de corrida com o novo conceito. O plano é ficar entre os dez melhores do mundo em 2018 na Fórmula SAE - competição estudantil organizada pela Society of Automotive Engineers.

No mundo, a fabricação de carros comerciais elétricos bateu recorde em 2016, com a venda de 750 mil unidades, totalizando estoque global de 2 milhões em circulação. A Noruega, com 29% do mercado, está na frente do ranking, segundo estudo da Agência Internacional de Energia. Estima-se que existam no mundo entre 9 milhões e 20 milhões de unidades até 2020, e entre 40 milhões e 70 milhões no horizonte de 2025. Como suporte, o investimento na infraestrutura de abastecimento tem crescido: em 2016, o número de pontos de carregamento nas cidades atingiu 320 mil, 72% a mais em relação a 2015.

A depender das políticas de governo, nos próximos dez a vinte anos - prevê o relatório - o carro elétrico atingirá produção em massa. Além de diminuir a dependência do petróleo, o movimento de reflete na mitigação de gases do efeito estufa. De acordo com a Organização das Nações Unidas, o setor de transportes foi responsável por um quarto das emissões de carbono relacionadas ao uso de combustíveis fósseis em 2015, com estimativa de aumentar 30% em 2050. No entanto, os benefícios dos carros elétricos para o clima dependem da expansão de fontes renováveis para abastecimento.

"O setor de energia está passando por uma transformação significativa, impulsionada pela descarbonização da economia", ressalta Ryan O'Keeffe, diretor de comunicação da Enel, empresa global de energia renovável, patrocinadora da Fórmula E, da FIA, desde 2016. Nas competições, a companhia aplica soluções de geração, distribuição e gestão de energia limpa via sistemas inteligentes de medição e controle que podem ser ampliados para as cidades. "Para além da visibilidade de marca, trata-se de um laboratório de tecnologia", afirma o executivo.

"A Fórmula E representa o futuro da indústria automobilística", concorda Marco Parroni, chefe de patrocínio global do banco Julius Baer, que investe na competição desde 2014. "A série de corridas totalmente elétrica, com sua abordagem visionária e alcance global, é uma plataforma de patrocínio ideal para o nosso negócio, ao representar valores como inovação, sustentabilidade e pioneirismo".

MME / ASCOM .